

Banco Ourinvest S.A.

**Demonstrações financeiras
contábeis - Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de
2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado prudencial	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Ourinvest S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Ourinvest S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Ourinvest S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial preparadas pela administração de acordo com os requisitos da resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações posteriores tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP



André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Ativo	Nota Explicativa	2016	2015	Passivo	Nota Explicativa	2016	2015
Circulante		<u>878.053</u>	<u>686.291</u>	Circulante		<u>660.286</u>	<u>462.738</u>
Disponibilidades	5	168.587	166.555	Depósitos	14	<u>165.862</u>	<u>113.648</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	<u>223.613</u>	<u>80.680</u>	Depósitos a Vista		-	-
Aplicações em Operações Compromissadas		223.613	80.680	Depósitos Interfinanceiros		-	1.012
Tít. e Valrs. Mobiliários e Instrum. Fin. Derivativos	7	<u>171.268</u>	<u>155.499</u>	Depósitos a Prazo		165.862	112.636
Carteira Própria		35.234	33.734	Obrigações por empréstimos	18	<u>45.631</u>	<u>38.399</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	2.722	1.470	Empréstimos no exterior		35.133	38.399
Vinculados a Operações Compromissadas	15	36.216	45.520	Empréstimos no país		10.498	-
Vinculados a Prestação de Garantias		97.096	74.775	Obrigações por Operações Compromissadas	15	3.546	2.189
Operações de Crédito	8	<u>34.229</u>	<u>9.625</u>	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares	16	119.569	25.707
Setor Privado		38.378	14.790	Relações Interdependências - Ordens de pagamento	17	78.485	1.538
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa	8d	(4.149)	(5.165)	Instrumentos Financeiros Derivativos		1.270	1.469
Outros Créditos	9	<u>279.381</u>	<u>271.505</u>	Outras Obrigações		<u>245.923</u>	<u>279.788</u>
Carteira de Câmbio	9b	14.189	122.388	Cobrança e Arrec. Tribut. e Assemelhados		544	88
Rendas a Receber		3.590	1.907	Carteira de Câmbio	9b	14.680	124.653
Negociação e Intermediação de Valores		3.541	2.807	Sociais e Estatutárias	19a	10.761	1.671
Títulos e Créditos a Receber	8	223.306	111.648	Fiscais e Previdenciárias	19b	43.100	6.407
(-) Outros Créditos em Liquidação Duvidosa	8d	(375)	(465)	Negociação e Intermediação de Valores	19c	58.440	61.841
Crédito Tributário	9c	3.140	6.246	Diversos	19d	118.398	85.128
Diversos		31.990	26.974	Realizável a Longo Prazo		<u>91.240</u>	<u>106.245</u>
Outros Valores e Bens	10	<u>975</u>	<u>2.427</u>	Depósitos	14	<u>91.240</u>	<u>106.245</u>
Despesas Antecipadas		975	2.427	Depósitos a Prazo		91.240	106.245
Realizável a Longo Prazo		<u>5.885</u>	<u>4.998</u>	Resultados de Exercícios Futuros		2	2
Operações de Crédito	8	<u>4.664</u>	<u>3.263</u>	Patrimônio Líquido	22	<u>136.695</u>	<u>126.918</u>
Setor Privado		5.599	3.263	Capital Social		<u>44.000</u>	<u>44.000</u>
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa	8d	(935)	-	De Domiciliados no País		44.000	44.000
Títulos e Créditos a Receber	8	510	1.024	Reserva de Lucros		30.029	9.411
Créditos Tributários	9c	711	711	Participação do não controlador		62.666	73.507
Permanente		<u>4.285</u>	<u>4.614</u>				
Investimentos		<u>1.235</u>	<u>1.180</u>				
Participações em Coligadas e Controladas	11a	1.052	1.052				
Outros Investimentos	11b	218	219				
(-) Provisões para Perdas	11b	(35)	(91)				
Imobilizado de Uso	12	<u>1.626</u>	<u>1.623</u>				
Outras Imobilizações de Uso		5.318	4.811				
(-) Depreciações Acumuladas		(3.692)	(3.188)				
Intangível	13	<u>1.424</u>	<u>1.811</u>				
Outros Ativos Intangíveis		4.781	4.446				
(-) Amortizações Acumuladas		(3.357)	(2.635)				
Total		<u>888.223</u>	<u>695.903</u>	Total		<u>888.223</u>	<u>695.903</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2º Sem/16</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas das Intermediações Financeiras		<u>204.301</u>	<u>287.991</u>	<u>144.582</u>
Operações de Crédito	8e	37.613	62.445	37.692
Resultado de Operações de Câmbio	9b	103.529	94.667	111.541
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	7b	30.676	42.903	30.191
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7b	32.483	87.976	(34.842)
Despesas das Intermediações Financeiras		<u>(28.278)</u>	<u>(52.311)</u>	<u>(52.649)</u>
Operações de Captação no Mercado	14b	(25.049)	(44.923)	(27.757)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(81)	(1.101)	(21.784)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.148)	(6.287)	(3.108)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>176.023</u>	<u>235.680</u>	<u>91.933</u>
Outras Despesas/Receitas Operacionais		<u>(96.131)</u>	<u>(152.190)</u>	<u>(83.490)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	23	33.644	27.031	25.448
Despesas de Pessoal	24	(42.513)	(75.502)	(57.384)
Outras Despesas Administrativas	25	(71.058)	(83.167)	(42.703)
Despesas Tributárias	26	(13.940)	(20.688)	(9.435)
Outras Receitas Operacionais	27	5.435	8.459	1.041
Outras Despesas Operacionais	28	(7.698)	(8.322)	(457)
Resultado Operacional		<u>79.892</u>	<u>83.490</u>	<u>8.443</u>
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		<u>79.892</u>	<u>83.490</u>	<u>8.443</u>
Impostos e Contribuições		<u>(29.264)</u>	<u>(32.454)</u>	<u>(99)</u>
Imposto de Renda		(13.413)	(15.225)	(854)
Contribuição Social		(11.178)	(12.557)	(917)
Ativo Fiscal Diferido		(4.672)	(4.672)	1.672
Participações no Lucro		(2.192)	(2.250)	(742)
Lucro Líquido do Exercício		<u>48.436</u>	<u>48.786</u>	<u>7.603</u>
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(8.146)	(8.146)	(500)
Atribuível ao acionista controlador		33.520	57.745	13.458
Atribuível ao acionista não controlador		6.770	(17.105)	(6.355)
Nº de Ações		6.824.602	6.824.602	6.824.602
Lucro Líquido do Exercício por Ação - em R\$		7,10	7,15	1,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Av. Paulista, 1728 - sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo

www.ourinvest.com.br

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Patrimônio Líquido
		Legal	Outras				
Saldos em 01 de janeiro de 2015	44.000	3.034	2.289	-	49.323	68.394	117.717
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	13.458	13.458	(5.855)	7.603
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	12.500	12.500
- Reserva legal	-	247	-	(247)	-	-	-
- Reserva especial de lucros	-	-	3.526	(12.037)	(8.511)	8.511	-
- Dividendos não pagos	-	-	315	-	315	(9.458)	(9.143)
- Provisão de Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	-	(1.174)	(1.174)	(84)	(1.258)
- Remuneração de Capital	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	44.000	3.281	6.130	-	53.411	73.508	126.919
Saldos em 01 de janeiro de 2016	44.000	3.281	6.130	-	53.411	73.508	126.919
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	61.945	61.945	(13.159)	48.786
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
- Reserva Legal	-	1.952	-	(1.952)	-	-	-
- Reserva Especial de Lucros	-	-	23.622	(46.519)	(22.897)	22.897	-
- Dividendos não pagos	-	-	1.174	-	1.174	(8.336)	(7.162)
- Provisão de Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	-	(9.274)	(9.274)	(129)	(9.403)
- Remuneração de Capital	-	-	(6.130)	(4.200)	(10.330)	(3.946)	(14.276)
- Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	832	832
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.000	5.233	24.796	-	74.029	62.667	136.696
Saldos em 30 de junho de 2016	44.000	3.588	11.680	-	59.268	75.708	134.976
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	37.720	37.720	12.740	50.460
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
- Reserva Legal	-	1.645	-	(1.645)	-	-	-
- Reserva Especial de Lucros	-	-	19.246	(24.060)	(4.814)	(3.241)	(8.055)
- Dividendos não pagos	-	-	-	-	-	(8.336)	(8.336)
- Provisão de Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	-	(7.815)	(7.815)	(66)	(7.881)
- Remuneração de Capital	-	-	(6.130)	(4.200)	(10.330)	(3.946)	(14.276)
- Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	832	832
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.000	5.233	24.796	-	74.029	64.691	138.720

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2º Sem/2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		79.892	83.490	8.443
Ajustes ao Lucro Líquido		(12.937)	(12.893)	33.890
Provisão para Operações Créditos de Liquidação Duvidosa		3.148	6.287	3.108
Marcação a mercado de títulos e valores mobiliários		1.723	(2.556)	(795)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários		12.889	22.852	30.191
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(4.672)	(4.672)	1.672
Imposto de Renda e Contribuição Social		(24.243)	(27.782)	(1.713)
Depreciações e Amortizações		601	1.234	998
Provisão para passivos contingentes		(178)	150	193
Reversão de Provisões		(13)	(26)	(250)
Participações Estatutárias no Lucro		(2.192)	(8.380)	486
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição		62.348	(81.855)	(196.273)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrum. Financ. Deriv.	7	8.110	(36.065)	(2.752)
Operações de Crédito	8	(17.598)	(30.946)	(133.662)
Outros Créditos	9	79.243	(7.876)	(58.919)
Outros Valores e Bens	10	1.013	1.452	(940)
Margem requerida		(8.420)	(8.420)	-
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		(51.909)	165.854	217.089
Depósitos	14	21.793	37.209	52.118
Obrigações por operações compromissadas	15	1.722	1.357	1.762
Recursos de Aceites Cambiais	16	24.224	93.862	19.248
Relações Interdependências	17	971	76.947	1.237
Obrigações por empréstimos e repasses	18	8.203	7.232	(19.994)
Instrumentos Financeiros e Derivativos		15.662	(199)	946
Outras Obrigações	9b/19	(124.484)	(50.554)	161.772
Varição em Resultados de Exercícios Futuros - Aumento / (Diminuição)		(2)	-	2
Caixa Proveniente / Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento / (Diminuição)		77.391	154.596	63.151
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimentos		3.870	(55)	314
Imobilizado de Uso		366	(1.237)	(503)
Intangível		1.407	387	(1.025)
Juros Sobre o Capital Próprio		-	-	(4.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	(2.000)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Investimento - (Aumento) / Diminuição		5.643	(905)	(7.214)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Distribuição de Dividendos		-	-	(9.500)
Aumento de Capital		(4.800)	(9.000)	-
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio		(2.016)	(8.146)	-
Captação de empréstimos		(6.000)	-	40.000
Aumento/Redução de capital		-	-	18.000
Amortização de empréstimos		-	-	(33.891)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Financiamento - Aumento / (Diminuição)		(12.816)	(17.146)	14.609
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		70.218	136.545	70.546
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do semestre/exercício		313.562	247.235	176.689
No fim do semestre/exercício	5b	383.780	383.780	247.235
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		70.218	136.545	70.546

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O conglomerado prudencial Ourinvest (Banco Ourinvest S.A., Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A.) contemplam a consolidação para a apresentação financeira do conglomerado prudencial.

Conglomerado Prudencial Ourinvest

Empresas	% Consolidação	Controle
Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	100,00%	Sim
Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	50,00%	Sim
Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. ⁽³⁾	100,00%	Não
Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁴⁾	100,00%	Não

⁽¹⁾ O Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (BACEN), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras de: (i) Investimento, (ii) Câmbio e (iii) Crédito e Financiamento e atua também no mercado de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

⁽²⁾ Em 25 de março de 2013, o Banco adquiriu o controle acionário da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“DTVM”), sendo tal operação aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Em 01.10.2015, o Banco deixou de prestar os serviços de distribuição e de intermediação de títulos e valores mobiliários para clientes, os quais passaram a ser realizados exclusivamente pela DTVM (controlada). Como resultado dessa transferência de atividades, a DTVM passou a atuar na intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado primário e secundário, encarregando-se da custódia de títulos e valores mobiliários de seus clientes, funções executadas anteriormente pelo Banco.

⁽³⁾ A Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, controlada pela Supplier Participações S.A., constituída em 28.05.2014, tendo por objeto social principal atuar como emissora de administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlativas, inclusive em regime de consórcio, dentre estas atividades inclui a emissão de títulos de crédito e rotineiramente sua cessão. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua matriz está localizada na Av. Paulista, 1.728, São Paulo.

⁽⁴⁾ Em agosto de 2007, a Supplercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. adquiriu o controle da Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), é uma sociedade por ações que tem como objeto social principal atuar como companhia securitizadora de créditos financeiros oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais e investimento, e sociedade de arrendamento mercantil na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686 de 26.01.2000 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la. A companhia está domiciliada no Brasil e está localizada na Av. Paulista, 1.728, São Paulo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial

O Banco Central do Brasil, através dos Ofícios 6059/2016 e 19.936/2016, determinou a inclusão das empresas Supplercard Administradora de Cartões de Crédito e Supplier Companhia Securitizadora de Créditos na elaboração das Demonstrações Consolidadas Prudenciais do Banco.

Em consonância com as demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial da base do COSIF – nº 21, Consolidação operacional das demonstrações financeiras parágrafo 10.

10 - As demonstrações financeiras consolidadas, se publicadas, devem sê-lo de forma comparada com as de outros períodos, cabendo observar: (Circ 1273; Res 3.604 art. 5º)

a) em junho: I - Balanço Patrimonial Consolidado: posição de 30 de junho corrente comparada com a de 30 de junho do ano anterior;

II - Demonstração Consolidada do Resultado: primeiro semestre corrente comparado com o primeiro semestre do ano anterior;

b) em dezembro: I - Balanço Patrimonial Consolidado: posição de 31 de dezembro corrente comparado com a de 31 de dezembro do ano anterior;

II - Demonstração Consolidada de Resultado: além das demonstrações referentes ao segundo semestre, publicam-se as do exercício corrente comparada com as do exercício anterior, sendo que as demonstrações podem ser apresentadas em três colunas, de modo que a primeira corresponda ao segundo semestre e as outras duas, ao exercício corrente e anterior, respectivamente.

a. Declaração de conformidade

O conglomerado prudencial Ourinvest foi elaborado com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF já aprovados pelo Banco Central são: Resolução 4.517 de 24/08/2016 e 4.280 de 31/10/2013 que dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial ao Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 25 de abril de 2017.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, seguindo os seguintes critérios:

- Correspondentes à mesma data-base;
- Aplicadas as mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizadas pela instituição líder;
- Os ajustes estejam sujeitas às mesmas normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif);
- Nos negócios realizados entre instituições integrantes do conglomerado prudencial, procedemos à eliminação:
 - Dos saldos de quaisquer contas, representados no ativo de uma entidade, contra os respectivos saldos representados nos demonstrativos da outra;
 - De resultados não realizados que estejam incluídos no ativo de uma entidade, contra o respectivo resultado do exercício ou patrimônio líquido da outra.
- Nas participações societárias, diretas ou indiretas, entre as empresas integrantes do conglomerado prudencial, devem ser observados os seguintes procedimentos:
 - Eliminamos o valor do investimento de uma entidade contra a correspondente participação no patrimônio líquido da outra;
 - Eliminamos os dividendos declarados entre entidades integrantes do documento;
 - Eliminamos a provisão para perdas em investimentos, contra o correspondente saldo constituído em função de perda iminente em negócios realizados pela investida;
 - Apresentamos a parcela correspondente ao ágio que não for absorvida na consolidação em conta específica, devendo ser evidenciada.
 - Apresentar as participações de não controladores de forma destacada, nas demonstrações contábeis consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes

ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

c. Caixa e equivalente de caixa

Para fins de Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

- ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- ***Títulos e valores mobiliários***

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (hedge), os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa 8d.

h. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

i. Créditos securitizados

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Estão demonstrados pelo valor principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos, ajustado no cálculo da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

j. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

k. Permanente

- (i) **Investimentos** - O investimento em empresa controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

As ações da CETIP Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmutualização, as ações da ANBIMA estão avaliadas pelo custo de aquisição, as ações da BM&F Bovespa S.A. foram atualizadas pelo boletim diário de informações da BM&F Bovespa do último dia útil do exercício. Os incentivos fiscais e outros investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

- (ii) **Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.
- (iii) **Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de softwares e são amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil-econômica desses ativos intangíveis.
- (iv) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

• ***Depósitos***

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

• ***Empréstimos e repasses no exterior***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de taxa pré-fixada, libor e variações cambiais incorridas até a data dos balanços.

• ***Mútuo de ouro***

São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridas até as datas dos balanços.

• ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

• **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.

• **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

• **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As provisões constituídas para o conglomerado prudencial são:

Imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% para todas as empresas, e a Contribuição social sobre o lucro foi calculada a alíquota de 20%, para o Banco Ourinvest S/A, Ourinvest DTVM S/A e a Supplercard Administradora de Cartões de Crédito, e a alíquota de 9% para a Supplier Companhia Securitizadora de Créditos.

o. Contingência

Para a mensuração e divulgação de provisões, contingências ativas e passivas, adotam-se as diretrizes da Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que proporcionem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais - fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objetivo de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco foi produzido conforme a Circular nº 3.678 de 31/10/2013. O Conglomerado Prudencial Ourinvest (Banco, DTVM, Supplier Adm. e Supplier Cia. Securitizadora) controla o gerenciamento de riscos financeiros de forma segregada entre as empresas do Grupo Ourinvest (Banco e DTVM) e Grupo Supplercard (Supplier Adm. e Cia. Securitizadora).

a. Grupo Ourinvest

O gerenciamento de riscos financeiros para atender às necessidades próprias e de seus clientes, através de uma metodologia conservadora. A área de controle e gestão de riscos tem o objetivo de discorrer sobre riscos potenciais e manter sua estabilidade financeira. Os riscos inerentes a estas operações são: de crédito, de liquidez, de mercado e operacionais.

A Administração é responsável por estabelecer as políticas de risco a serem seguidas, definindo os limites de acordo com níveis aceitáveis de exposição. A responsabilidade de garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de controle de riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações.

A estrutura do Comitê de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela Alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Os relatórios quanto às estruturas de Gerenciamento de Riscos Financeiros (Operacional, Crédito, Liquidez e Mercado) do Banco estão disponíveis no site do Banco em www.ourinvest.com.br.

A área de Controles de Riscos tem como atividades principais:

- Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição aos riscos no âmbito de portfólio, preparando informações a serem submetidas à Diretoria responsável pelo Risco;
- Documentar, divulgar e disponibilizar as Metodologias, os Modelos e as Ferramentas que proporcionem a efetividade na gestão dos riscos, em conformidade com as melhores práticas, em documentos internos do Banco;
- Disponibilizar a Diretoria responsável pelo Risco, informações relacionadas à Carteira que possam expor o Banco a perdas de qualquer natureza citada (Liquidez, Operacional, Mercado e/ou Crédito), seu impacto resultante, assim como suprir, tempestivamente, com informações precisas, rápidas, seguras e relevantes sobre os riscos potenciais;
- Avaliar as perspectivas macroeconômicas, mudanças em mercado e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica, entre outros;
- Realizar testes de estresse da Carteira, de forma a subsidiar a revisão das Políticas e Limites Operacionais;
- Realizar Backtest;
- Apurar a alocação de Capital com intuito de atender ao Acordo de Basiléia;
- Interagir com as demais áreas e com o mercado, no sentido de obter subsídios que possam contribuir com a segurança, a rentabilidade e a liquidez das operações; e
- Atuar de forma a consolidar a cultura das melhores práticas da Gestão de Controle de Riscos.

Controles de gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- I. Risco operacional** - É a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. A gestão e controle dos riscos operacionais buscam a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas.
O gerenciamento do Risco Operacional é considerado hoje um dos principais instrumentos de gestão do Banco no que tange à mitigação dos riscos a que o Banco está exposto.

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco operacional em integral atendimento à regulamentação vigente. Essa estrutura encontra-se formalizada no documento Política de Risco Operacional, que define a metodologia e o processo de gestão. A área de Risco Operacional é a responsável por atuar junto as demais áreas com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na política em questão. É uma unidade organizacional independente, segregada da Auditoria Interna, sob responsabilidade do Gerente de Controles Internos e subordinada à Diretoria Administrativa do Banco.

A Área de Controle de Riscos é a área responsável pela parte quantitativa do Risco Operacional e a área de Controles Internos é a responsável pela parte qualitativa. Com aprovação da Administração, as políticas e procedimentos voltados para o gerenciamento de risco operacional preveem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação deste risco, o que permite a correção contínua das eventuais deficiências de controle e o estabelecimento de papéis de responsabilidades. A título de informação, utilizamos o modelo básico de alocação de capital (BIA);

O Banco possui um plano de contingência que contém estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes de paradas, ou qualquer tipo de incidentes em nossos sistemas eletrônicos de processamento, controle, arquivos e de comunicação.

- II. Risco de crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O Gerenciamento de risco estabelece a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito; executa procedimentos para recuperação de créditos.

No gerenciamento do Risco do Crédito o Banco estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de Crédito, revisa e avalia o risco de Crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixas de classificação de crédito, executa procedimentos para recuperação de créditos. Todas as operações de crédito são aprovadas pela Diretoria do Banco e temos como política, não possuir alçadas para exposição a qualquer tipo de risco, com exceção ao produto Cartão de Crédito que tem política própria e também tem a aprovação da Diretoria.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, papéis de outras instituições desde que aprovada pelo comitê de crédito, avais, etc. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte, o garantidor etc., entendendo a administração que o montante é suficiente para cobrir eventuais perdas significativas.

- III. Risco de liquidez** - É a eventual dificuldade em honrar suas obrigações financeiras, em razão dos descasamentos dos fluxos financeiros de ativos e passivos, no gerenciamento de risco o fluxo de caixa é elaborado pela área de risco para monitorar a posição financeira atual do banco. Diariamente são efetuados testes regulares de estresse com uma variedade de cenários nas condições normais e mais severas do mercado.
- IV. Risco de Mercado** - É a exposição em fatores de riscos tais como de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

No gerenciamento de risco é controlada a exposição das carteiras e realização de testes de estresses. As operações são divididas em: - Trading Book realizadas com intenção de negociação (carteira de negociação) - Banking Book são as disponíveis para venda ou mantidas até a data do vencimento (carteira de não negociação):

- **Trading Book** - Refere-se as disponibilidades em moedas estrangeiras, cotas de fundos de investimentos imobiliários, cotas subordinadas e seniores de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, títulos públicos e títulos privados.
- **Banking Book** - Refere-se a carteira de crédito, os depósitos e aos empréstimos.
- **Derivativos** - O Banco utiliza o instrumento de derivativos como instrumento de hedge, os derivativos utilizados são no mercado local e externo. É efetuada a marcação á mercado diariamente.

Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento de utilização de limites previamente definidos pelo comitê de Passivos e Ativos (COPA), do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua.

A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk), efetuados através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela BMF & Bovespa S.A.

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.490 do Banco Central do Brasil de 29/08/2007.

b. Grupo Suppliecard

A Suppliecard considera o gerenciamento de riscos fundamental para o processo de tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade e otimização da relação risco versus retorno.

O gerenciamento de riscos é efetuado de forma estruturada, contínua, abrangendo a avaliação e o controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional incorridos na Suppliercard e suas controladas.

As diretrizes e regras do gerenciamento de riscos na Suppliercard encontram-se formalizadas e divulgadas em políticas e procedimentos internos.

Gestão de risco operacional

A Suppliercard define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Para a gestão do risco operacional, a Suppliercard estabeleceu a estrutura de gerenciamento de risco operacional que deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados ao negócio, bem como a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da empresa.

Gestão de risco de mercado

A estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e v) novas transações, atividades e operações complexas. Os ativos e passivos da companhia possuem componentes pré ou pós fixados, utilizando sempre a SELIC ou o CDI como referência.

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças das taxas de juros de mercado refere-se principalmente à instrumentos financeiros (incluindo empréstimos) e títulos a receber, sendo monitorado continuamente apesar do risco não ser significativo.

Análise de Sensibilidade

Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros, com base nos saldos de ativos e passivos expostos a variação de taxas pós fixadas.

Gestão de risco de crédito

A Companhia estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de limites de compras, revisa e avalia o risco de cartão de crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixa de classificação de crédito, executa procedimentos para recuperação de créditos. Todas as operações de Cartão de Crédito são aprovadas pela Diretoria.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, desde que aprovada pelo comitê dos cartões de crédito. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas

significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 35 dias, ou quando são vendidos a curtíssimo prazo.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	2016	2015
Moeda nacional	5.442	3.272
Aplicações em ouro	27.493	30.590
Depósito no exterior em M/E - Conta movimento	20.251	12.124
Depósito no exterior em M/E - Conta margem ⁽¹⁾	1.833	-
Disponibilidade em moeda estrangeira	113.568	120.569
Total	<u>168.587</u>	<u>166.555</u>

⁽¹⁾ O saldo correspondente a depósito no exterior em M/E - conta margem, está vinculado as operações com instrumentos financeiros e derivativos, cujo saldo é de R\$ 1.833, não será constituído como disponibilidade e equivalentes de caixa.

b. Equivalentes de caixa

As aplicações interfinanceiras de liquidez foram consideradas como equivalentes de caixa conforme nota explicativa nº 6 a.

	2016	2015
Disponibilidades	168.587	166.555
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	223.613	80.680
Aplicações em Ouro - Compras não Recebidas	(6.587)	-
Depósito no exterior em M/E - Conta margem	(1.833)	-
Total	<u>383.780</u>	<u>247.235</u>

⁽¹⁾ As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão classificadas como equivalentes de caixa por possuírem conversibilidade imediata, prazo original igual ou inferior a noventa dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Vencimentos

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e estão assim representadas:

					2016	2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Rendas a apropriar	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada						
Letra Financeira do Tesouro	-	9.768	110.354	(60)	120.062	-
Letra Tesouro Nacional	-	-	103.603	(52)	103.551	29.907
Nota de Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	50.010
Operações em compromissadas	-	-	-	-	-	763
Total	-	9.768	213.957	(112)	223.613	80.680

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado - TVM

						2016	
	Valor contábil				Valor de custo	Ajuste de mercado	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Títulos livres							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	362	190	382	934	1.281	(347)
Certificado de depósito bancário - pré	-	-	39	5	44	47	(3)
Letras de câmbio - pós	-	-	-	-	-	-	-
Letras de câmbio - pré	-	-	-	-	-	-	-
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	305	881	16	1.202	1.464	(262)
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	2.406	154	474	3.034	3.026	8
Cotas de fundos em direitos creditórios	11.835	-	-	-	11.835	11.835	-
Cotas de Fundos em Participações	481	-	-	-	481	481	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	17.704	-	-	17.704	17.745	(41)
	12.316	20.777	1.264	877	35.234	35.879	(645)
Vinculados a operações compromissadas							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - Banco CDI	-	-	-	57	57	62	(5)
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	-	1.961	1.178	3.139	3.113	26
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	71	121	184	376	371	5
Outros - Inst. financeiros	-	-	32.644	-	32.644	32.644	-
	-	71	34.726	1.419	36.216	36.190	26
Instrumentos financeiros e derivativos							
Mercado de termo a receber	-	1.256	974	50	2.280	2.280	-
Compras de opções de compras - COE	-	-	439	-	439	686	(247)
Captação por Operações de COE	-	-	-	-	-	-	-
	-	1.259	1.413	50	2.722	2.996	(274)
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	97.096	97.096	97.354	(258)
	-	-	-	97.096	97.096	97.354	(258)
Total:	12.316	22.107	37.403	99.442	171.268	172.419	(1.151)

Banco Ourinvest S.A.
Demonstrações financeiras contábeis – Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2015					
	Valor contábil				Valor de custo	Ajuste de mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos livres						
Títulos para negociação						
Letras de câmbio - pós	-	22	26	1.223	1.271	1.346 (75)
Letras de câmbio - pré	-	280	34	178	492	574 (82)
Letras de crédito imobiliário - pós	-	7	57	63	127	-
Letras de crédito imobiliário - pré	-	55	-	-	55	55 -
Letras de crédito do agronegócio - pós	-	9	3.034	1	3.044	3.033 11
Cetificado de depósito bancário - pré	-	6	17	47	70	94 (24)
Cetificado de depósito bancário - pós	-	-	620	-	620	3.403 (2.783)
Cotas de fundos em direitos creditórios	15.034	-	-	-	15.034	15.034 -
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.029	-	3.029	3.029 -
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários	9.488	-	-	-	9.488	12.178 (2.690)
Cotas de Fundos em Participações	504	-	-	-	504	12.178 (11.674)
	25.026	379	6.817	1.512	33.734	51.051 (17.317)
Vinculados a operações compromissadas						
Títulos para negociação						
Letras de Crédito Imobiliário - Pós	-	-	459	1.298	1.757	1.750 7
Letras de Crédito do Agronegócio - Pós	-	-	306	134	440	438 2
Outros - Inst. financeiros	-	574	50	42.698	43.322	44.170 (848)
	-	574	815	44.130	45.520	46.358 (838)
Vinculados à prestação de garantias						
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	74.775	-	74.775	- 74.775
	-	-	74.775	-	74.775	- 74.775
Instrumentos financeiros e derivativos						
Compras a termo a receber	2	-	-	-	2	2 -
Compras de opções de compras - COE	-	10	717	-	727	1.268 (541)
Compras de opções de vendas - COE	-	524	217	-	741	449 292
	2	534	934	-	1.470	1.719 (249)
Total geral:	25.028	1.487	83.341	45.642	155.499	99.128 56.370

Os títulos estão classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento conforme circular 3.068.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil - SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos em Direitos Creditórios na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Os títulos e valores mobiliários são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título (vencimento/prazo/indexador/juros) do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo site da ANBIMA (taxa a termo) e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento do último dia útil antes da data do balanço, fornecido pelo administrador/custodiante do Fundo.

As Letras Financeiras do Tesouro são ajustadas a valor de mercado calculado com base em preços divulgados pela ANBIMA.

As Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridas com base na variação de 98,50% do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação (2015 - 95,50% a 98,50%).

As Letras de Crédito Imobiliários foram adquiridos com base na variação de 98,50% do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação (2015 - 89,50% a 115,00%).

As cotas de fundos de investimento imobiliário/ em direitos creditórios/ e em participação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento do último dia útil antes da data do balanço, fornecido pelo administrador/custodiante do Fundo.

Certificado em operações estruturadas que corresponde a parte de Renda Fixa - Capital Protegido, pré-fixada com variação de 14,99% a 16,08% (2015 - 15,81% a 16,17% CDI).

b. Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos

Durante o exercício findo em 2016 e 2015 a conta de resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos contempla os respectivos resultados de R\$ 130.879 (2015 - R\$ (4.651)).

c. Posição das operações - Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo e opções, registrados na BM&FBovespa S.A., na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais.

Os contratos de *NDF (Non-Deliverable Forward)* representam os contratos a termo sem entrega física, os contratos a termo de *NDF* são negociados diretamente com banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece ao Banco a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa, para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgados em mercados de bolsas + a taxa do câmbio a vista.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado.

As operações realizadas no mercado de opções são componentes das operações de Certificado de Operações estruturadas, como também o *hedge*.

	2016		2015	
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Diferencial a receber	Diferencial a pagar
Operações a termo - NDF	2.280	-	-	-
Operações de opções	442	(1.270)	1.470	(1.470)
Total	<u>2.722</u>	<u>(1.270)</u>	<u>1.470</u>	<u>(1.470)</u>

8 Operações de crédito / Títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	2016	2015
Operações de Crédito	43.977	18.054
Empréstimos e Títulos Descontados	37.443	12.983
Financiamentos Imobiliários	6.534	5.071
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	223.816	112.672
Total	<u>267.793</u>	<u>130.726</u>
Parcela a curto prazo	<u>261.684</u>	<u>126.439</u>
Parcela a longo prazo	<u>6.109</u>	<u>4.287</u>

(1) Os títulos e créditos a receber são originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos (Nota explicativa 9a) e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2016	2015
Indústria	23.312	12.911
Rural	1.041	459
Comércio	193.236	100.465
Intermediários financeiros	27	-
Outros serviços	42.880	11.775
Habitação	6.643	5.091
Pessoa Física	654	25
Total	<u>267.793</u>	<u>130.726</u>

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

	2016	2015
Faixas de vencimento		
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	6.715	7.843
Créditos a vencer		
Até 3 meses	112.032	97.868
3 a 12 meses	142.937	20.728
1 a 3 anos	6.109	4.287
Total	<u>267.793</u>	<u>130.726</u>

d. Carteira de Créditos/Títulos a Receber e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de operações de crédito		Provisão requerida	
		2016	2015	2016	2015
AA	0%	175.504	59.575	-	-
A	0,50%	74.308	62.434	(372)	(312)
B	1%	6.229	596	(62)	(6)
C	3%	2.432	1.025	(73)	(31)
D	10%	870	701	(87)	(70)
E	30%	4.470	1.186	(1.341)	(356)
F	50%	604	511	(302)	(256)
G	70%	505	323	(354)	(226)
H	100%	2.871	4.375	(2.868)	(4.373)
Total		267.793	130.726	(5.459)	(5.630)

e. Resultado das operações de crédito

	<u>2º Sem/16</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações de crédito			
Rendas de empréstimos	52.259	92.521	78.278
Rendas de financiamentos – Interveniência	97	155	111
Rendas de financiamentos – Habitacional	682	1.157	493
Outras receitas e despesas operacionais			
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.240	499	187
Juros sobre atraso	24	55	1.727
Antecipação de recebíveis	16.912	27.777	3.620
Resultado de cessão de operações de crédito	(33.601)	(59.719)	(46.724)
Resultado com operações de crédito	<u>37.613</u>	<u>62.445</u>	<u>37.692</u>
	2º Sem/2016	2016	2015
Montante recuperado	118	499	98
Renegociado	<u>194</u>	<u>380</u>	<u>2.163</u>
Total	<u>312</u>	<u>379</u>	<u>2.261</u>

f. Seguros e garantias

Parte dos títulos e créditos a receber são cobertas por seguros, de acordo com as vigências e limitações de cobertura demonstradas abaixo:

2016

APÓLICE	INÍCIO	FIM	% COBERTURA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	VENDAS PREVISTAS
CESCE AGRO	01/03/2016	28/02/2017	93%	30 VEZES	R\$ 40.000
CESCE PADRÃO	01/06/2015	31/05/2017	90%	30 VEZES	R\$ 500.000
EULER	01/10/2015	30/09/2017	90%	50 VEZES	R\$ 220.000
					R\$ 760.000

2015

APÓLICE	INÍCIO	FIM	% COBERTURA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	VENDAS PREVISTAS
CESCE AGRO	01/03/2016	29/02/2017	93%	30 VEZES	R\$ 40.000
CESCE PADRÃO	01/06/2015	31/05/2016	90%	30 VEZES	R\$ 464.450
COFACE	01/11/2015	30/11/2016	90%	40 VEZES	R\$ 375.000
EULER	01/10/2015	30/09/2016	90%	50 VEZES	R\$ 444.444
					R\$ 1.323.894

9 Outros créditos

a. Outros créditos

	2016	2015
Carteira de câmbio	14.189	122.388
Rendas a receber	3.590	1.907
Negociação e intermediação de valores	3.541	2.807
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	223.816	112.672
(-) Provisão	(375)	(465)
Créditos Tributários	3.851	6.957
Diversos	<u>31.990</u>	<u>26.974</u>
Total	<u>280.602</u>	<u>273.240</u>

⁽¹⁾ Referem-se a transação de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, que podem incorrer em taxa de desconto quando da antecipação de pagamentos aos lojistas. O ganho de tais antecipações é registrado de acordo com a liquidação do contrato na conta de receitas de antecipações de recebíveis (nota explicativa 8a).

b. Carteira de câmbio

As operações de câmbio são decorrentes as transações com o Banco:

	2016	2015
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	9.828	4.898
Direitos sobre vendas de câmbio	5.110	119.200
(-) Adiantamento de Moeda Nacional	(749)	(1.710)
Total	14.189	122.388
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(4.995)	(119.691)
Obrigações por compra de câmbio	(9.678)	(4.959)
Obrigações por vendas realizadas	(7)	(3)
Total	(14.680)	(124.653)

Resultado de Operações de Câmbio

	<u>2º Sem/16</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações a combinar	48	136	10.145
Rendas com banqueiros no exterior	5.113	(782)	9.635
Rendas com disponibilidade no país	18.510	5.612	92.497
Resultado do câmbio comprado/vendido	(127)	817	-
Ordem de pagamento a cumprir	83.969	92.672	-
Despesas com cartão	(2)	(2)	(1)
Despesas com operações de cheque	(4)	(4)	3
Exportações de Ouro	(3.978)	(3.782)	(738)
Total	103.529	94.667	111.541

c. Créditos tributários a compensar

	2016	2015
Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	-	4.672
Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾	2.893	1.327
Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽³⁾	958	958
Total	3.851	6.957

(1) Banco Ourinvest - Estudo do crédito tributário

O Banco Ourinvest absorveu toda sua base negativa e conseqüentemente não constitui crédito tributário no exercício de 2016, conforme movimentação abaixo, (2015 - R\$ 4.672).

	Dec-15		Constituição	Aproveitamento	Dec-16	
	Saldo inicial	Reversão			Saldo final	
Crédito Tributário - Prej. Fiscal	4.672	(4.672)	-	-	-	
Total	4.672	(4.672)	-	-	-	

Valor presente do crédito tributário - (2015)

Período	Aproveitamento de C. Tributário	Dias úteis remanescentes	Taxa de Desconto - Selic (*)	Valor Presente
2016	(299)	252	15,87%	(258)
2017	(348)	501	16,53%	(256)
2018	(406)	751	16,71%	(256)
2019	(475)	1.004	16,86%	(255)
2020	(554)	1.255	16,62%	(257)
2021	(645)	1.506	16,53%	(258)
2022	(752)	1.757	16,55%	(257)
2023	(876)	2.006	16,48%	(259)
2024	(316)	2.260	16,57%	(80)
Total	(4.672)			(2.136)

(*) Com base na taxa Selic projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam R\$ 2.136.

Resultado com ativo fiscal diferido

Nos exercícios findos em 2016 e 2015 não ocorreu aproveitamento com ativo fiscal diferido. Em 2016 houve reversão da constituição do crédito tributário devido toda a utilização de sua base de prejuízo fiscal, não caracterizando enquadramento para a constituição de um novo crédito.

Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Nos exercícios findos em 2016 e 2015, a administração do Banco resolveu não constituir créditos tributários pelas diferenças temporárias.

(2) Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. - Estudo do crédito tributário

Movimentação do crédito tributário e expectativa de realização

Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A.

A Suppliercard Administradora Cartões de Crédito S/A e sua controlada adotam procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social, 20% para os créditos tributários com expectativa de realização até dezembro de 2020.

Natureza e origem dos créditos tributários

	2016			2015		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Outros créditos em liquidação	44	35	79	21	15	36
Juros e variação cambial	(55)	(44)	(98)	(27)	(18)	(45)
Marcação a mercado empréstimos	88	70	158	43	29	73
Curva papel - swap	323	258	581	158	108	266
Marcação a mercado swap	(111)	(89)	(200)	(55)	(37)	(92)
Código 0481 - ir s/ juros	15	12	27	7	5	13
Prêmio	825	660	1.486	405	276	681
Remuneração variável	275	220	496	135	92	227
Provisão Programa	50	40	90	25	17	41
Passivo contingente	89	71	160	44	30	74
Comissão Garantia Swap	38	30	68	19	13	31
Provisão Seguro	26	21	47	13	9	22
Total	1.607	1.286	2.893	789	538	1.327

Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2017	2.347	2.067
2018	247	196
2019	247	176
2020	52	33
	2.893	2.472

(*) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2016 (1,12% a.m.).

Movimentação dos créditos tributários no período

	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.327	870
Constituição no exercício	2.504	935
Reversão/realização no exercício	<u>(938)</u>	<u>(478)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>2.893</u>	<u>1.327</u>
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	<u>5,18%</u>	<u>1,93%</u>

⁽³⁾ Supplier Cia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

A Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social, 9% para os créditos tributários com expectativa de realização até dezembro de 2021.

Natureza e origem dos créditos tributários

	2016			2015		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Outros créditos em liquidação	217	95	312	217	95	312
Prejuízos anos anteriores	475	171	646	475	171	646
Total	<u>692</u>	<u>266</u>	<u>958</u>	<u>789</u>	<u>538</u>	<u>958</u>

Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	2016
Saldo no início do exercício	959
Saldo no fim do exercício	<u>959</u>
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	<u>2,75%</u>

10 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

	2016	2015
Seguros a apropriar	748	1.800
Comissões	189	157
Outros	38	470
Total	975	2.427

11 Investimentos

a. Participação em Controlada

O Banco adquiriu a integralidade das ações ordinárias da Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. atualmente Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 25 de março de 2013, que representa 50% do seu capital social, quantidade de 300.010 ações, pelo valor de R\$ 1.362. Essa transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Como a aprovação pelo Banco Central do Brasil era condição determinante para a transferência das ações, foi apurado o ágio na compra das ações, no valor de R\$ 1.052.

Com base na ata de assembleia geral extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest DTVM S.A., para R\$ 10.000, por meio de aporte de capital de R\$ 9.400, que resultou na emissão de novas ações nominativas, sendo 4.700.157 ações ordinárias e 4.699.843 ações preferenciais, ao preço unitário de R\$ 1 (um real). Referidas novas ações foram subscritas e integralizadas no ato em moeda corrente nacional, pelos acionistas.

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes:

	2016	2015
Ourinvest DTVM S.A.		
Cotas/ações	10.000.000	10.000.000
Participação no Capital - %	50,00%	50,00%
Patrimônio Líquido	15.340	10.894
Lucro Líquido	4.536	711
Resultado de Participação em Coligada	2.268	356
Ágio *	1.052	1.052
Total de Participação	1.052	1.052

* Ágio apurado na aquisição da Ourinvest DTVM S.A., correspondente à soma do valor pago na transação deduzido o patrimônio líquido que, resultou no valor de R\$ 1.052. O referido ágio estava suportado em projeções de resultados futuros será reclassificado para fundo de comércio em virtude de ter duração indeterminada do investimento e será amortizado quando da liquidação do investimento considerando os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

b. Outros investimentos

	2016	2015
Ações e Quotas	206	206
Obras de Arte	12	12
(-) Provisão para Perda em Ações e Quotas	(35)	(90)
Total	183	128

12 Imobilizado de uso

			2016	2015
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual
Outras Imobilizações de Uso				
Inst. móveis e equipamentos de uso	10%	1.249	(803)	446
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	10%	594	(320)	274
Sistemas de Processamento de Dados	20%	3.475	(2.569)	906
Total		5.318	(3.692)	1.626

13 Intangível

			2016	2016
	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Licença de Uso - Adquirida até out/13	225	(156)	69	114
Licença de Uso - Adquirida após out/13	4.556	(3.201)	1.355	1.697
Total	4.781	(3.357)	1.424	1.811

Segregação de aquisição do intangível conforme carta-circular nº 3.624 de dezembro de 2013.

14 Depósitos

a. Carteira

	01 a 90 dias	91 a 360 dias	1 a 3 anos	Total 2016	Total 2015
Depósito Interfinanceiro	-	-	-	-	1.012
Depósito a prazo – Pré fixado	5	14	345	364	49
Depósito a prazo – Pós fixado	84.806	72.488	90.895	248.189	209.826
Depósito de garantia especial	-	8.549	-	8.549	9.006
Total	84.811	81.051	91.240	257.102	219.893
Parcela a curto prazo				165.862	113.648
Parcela a longo prazo				91.240	106.245

b. Despesas com operações de captação do mercado

Durante o exercício findo em 2016 e 2015 a conta de depósito contempla os respectivos resultados de R\$ 44.923 (2015 - R\$ 27.757).

15 Obrigações por operações compromissadas

	2016		2015	
	Revenda a Liquidar (Ativo)	Recompra a Liquidar (Passivo)	Revenda a Liquidar (Ativo)	Recompra a Liquidar (Passivo)
Letra de crédito Imobiliário ⁽¹⁾	1.461	(1.452)	1.757	(1.751)
Letra de crédito do agronegocio ⁽²⁾	2.053	(2.032)	441	(438)
Certificado de Depósito Bancário ⁽³⁾	24.411	(62)	50	-
Operação Compromissada ⁽⁴⁾	8.290	-	43.272	-
Total	36.216	(3.546)	45.520	(2.189)

⁽¹⁾ As Letras de Crédito Imobiliários foram adquiridos com base na variação de entre 93,00% a 98,50% do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação. (2015 - 93,00 a 98,50%).

⁽²⁾ As Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridas com base na variação de 92,50% a 98,50% do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação (2015 - 92,50% a 98,50%).

⁽³⁾ Os certificados de depósitos bancários foram adquiridos com base na variação de entre 120,00% Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação. (2015 - 120,00%). As aplicações são mantidas com a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa de curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da entidade) e não para investimento ou outros propósitos.

⁽⁴⁾ as aplicações financeiras em Compromissadas, vinculadas a debêntures, com rentabilidade entre 95% e 98,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, são mantidas com a finalidade de satisfazer os compromissos curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da entidade) e não para investimento ou outros propósitos.

16 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias e Similares

				2016	2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Recursos de letras imobiliarias, hipotecarias, de credito e similares					
LCI	543	3.027	1.822	5.392	4.620
LCA	35.262	55.755	-	91.017	-
LF	-	-	12.630	12.630	-
	35.805	58.782	14.452	109.039	4.620
Captação por certificados de operações estruturadas					
Notional	5.000	6.187	-	11.187	22.706
Custo a apropriar	(123)	(534)	-	(657)	(1.619)
	4.877	5.653	-	10.530	21.087
Total	40.682	64.435	14.452	119.569	25.707

17 Relações Interdependências - Ordens de pagamento

As ordens de pagamento são representativas a remessas financeiras de recursos “do” e “para” o exterior, em moeda estrangeira ou em reais, por de instituições financeiras parceiras do Banco. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo em ordens no exterior a cumprir contemplava no montante de R\$ 78.485 (2015 - R\$ 1.538).

18 Obrigações por empréstimos e repasses

a. No exterior

As obrigações por empréstimo no exterior, em 31 de Dezembro de 2016, referem-se a empréstimo em dólar no montante de R\$ 35.133 (em 2015 R\$ 38.399), com vencimentos entre abril e junho de 2017 cujas taxas de juros vão de 2,39% a.a até 5,09% a.a. (em 2015 3% ao ano). A despesa com juros de empréstimos auferidas em 2016 é de R\$ 8.912 (2015 - R\$ 10.247).

	2016	2015
Saldo inicial	38.399	22.043
Novas contratações	54.087	40.000
Atualização	4.113	10.247
Liquidação	(61.466)	(33.891)
Saldo final	35.133	38.399

b. No país

As obrigações por empréstimo no país, em 31 de Dezembro de 2016, refere-se a empréstimo em DI mais juros no montante de R\$ 10.498 (em 2015 R\$0,00), com vencimentos em março de 2017 cuja taxa de juros é de 2,46% a.a mais DI (em 2015 0% ao ano). A despesa com juros de empréstimos auferidas em 2016 é de R\$ 496 (2015 - R\$ 0).

	2016	2015
Novas contratações	10.000	-
Atualização	498	-
	10.498	-
Saldo final	10.498	-

19 Outras obrigações

a. Sociais e Estatutárias

	2016	2015
Sociais e Estatutárias	10.761	1.756

b. Fiscais e previdenciárias

As Obrigações Fiscais e Previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2016	2015
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ lucro	30.419	1.437
Impostos e Contribuições a recolher	6.180	3.449
Provisão para impostos diferidos	6.631	1.521
Total	43.230	6.407

c. Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2016	2015
Comissões e corretagens a pagar	-	18
Liquidações pendentes ⁽¹⁾	22.357	15.328
Obrigações por empréstimos de ouro ⁽²⁾	33.548	36.701
Operação mercadorias e ativos financeiros a liquidar	1.593	399
Outros	942	9.395
Total	58.440	61.841

⁽¹⁾ Saldo de liquidações pendentes referente às operações de crédito já cedidas e saldo para aquisição de fundos e títulos para os Clientes do Banco.

⁽²⁾ O empréstimo com vencimento em fevereiro de 2017 no total de R\$ 33.548 (2015 - R\$ 36.701).

d. Outras obrigações - Diversas

	2016	2015
Obrigações por Venda e transferência de ativos	-	-
Obrigações para aquisição de bens e direitos	12	-
Despesas de pessoal	12.333	11.964
Passivo contingente (nota 20)	93	69
Credores diversos – país	105.961	73.086
Total	118.399	85.119

20 Contingências

O Conglomerado possui controles e políticas definidas para acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais. Uma vez obtido os pareceres dos assessores jurídicos, e estimado razoavelmente o valor da perda, o Conglomerado efetua os ajustes necessários para contabilizar os prováveis efeitos adversos dos processos em sua posição financeira. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Conglomerado possuía algumas ações judiciais com probabilidade de perda provável ou possível não resolvidas, tais como:

	2015				2016
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco provável					
CDC - Financiamento de Veículos	69	11	(7)	20	93
Risco possível					
	Saldo Inicial	Entradas	Baixas	2016	
				Saldo Final	
CDC - Financiamento de Veículos	27	-	(11)	16	
Cartão de Compra Supliercard	63	74	(44)	93	
FII	14	986	(6)	994	
Próprios - Ourinvest	1.107	748	(925)	930	
Total	1.211	1.808	(986)	2.033	

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - 2016					
	Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	Ourinvest DTVMS.A. ⁽¹⁾	Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾	Suppl. CIA de Crédito S.A. ⁽²⁾	Consolidado
Resultado antes da tributação sobre o lucro	63.810	9.471	13.307	(1.633)	84.955
Participação no lucro	(1.742)	(508)	-	-	(2.250)
Juros sobre o capital próprio	(4.200)	(918)	(3.028)	-	(8.146)
Resultado antes do IR e CS do exercício	57.868	8.045	10.279	(1.633)	74.559
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.219	-	-	1.163	2.382
Ajuste ao valor de mercado	-	4.500	-	-	4.500
Desp. Com provisão com passivos contingentes	24	-	-	-	24
Despesas indedutíveis	3.570	-	22	-	3.592
Resultado renda variável	(56)	-	-	-	(56)
Ecesso Pgto. Juros s/capital	13	-	-	-	13
Despesas em Op. Com derivativos	-	64	-	-	64
Donativos	-	45	-	-	45
Equivalência patrimonial	-	-	1.633	-	1.633
Outros	-	-	8.481	-	8.481
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(2.525)	-	(964)	-	(3.489)
Termo a liquidar	(2.230)	-	-	-	(2.230)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.268)	-	-	-	(2.268)
Ajuste ao valor de mercado	(2.287)	(4.704)	-	-	(6.991)
Total	53.328	7.950	19.451	(470)	80.259
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	(11.680)	-	-	-	(11.680)
Base de cálculo	41.648	7.950	19.451	(470)	68.579
Imposto de renda (Deduzido incentivos fiscais em 2016 - R\$ 370)	10.018	1.919	3.288	-	15.225
Contribuição social	8.330	1.590	2.637	-	12.557

Banco Ourinvest S.A.
Demonstrações financeiras contábeis – Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Imposto de renda e contribuição social - 2015

	Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	Ourinvest DTVMS.A. ⁽¹⁾	Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ⁽²⁾	Suppl. CIA de Crédito S.A. ⁽²⁾	Consolidado
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.626	1.866	3.860	(1.212)	9.140
Participação no lucro	(742)	-	-	-	(742)
Juros sobre o capital próprio	-	(500)	-	-	(500)
Resultado antes do IR e CS do exercício	3.884	1.366	3.860	(1.212)	7.898
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.208	-	-	1.415	2.623
Ajuste ao valor de mercado	-	902	-	-	902
Despesas indedutíveis	141	-	58	-	199
Resultado renda variável	33	-	-	-	33
Equivalência patrimonial	-	-	488	-	488
Créditos Tributários	-	-	-	2.130	2.130
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(1.052)	-	(941)	(317)	(2.310)
Resultado de equivalência patrimonial	(356)	-	-	-	(356)
Provisão renda variável	(44)	-	-	-	(44)
Ajuste ao valor de mercado	(1.326)	(678)	-	-	(2.004)
Despesa de provisão com passivos contingentes	(339)	-	-	-	(339)
Outros	-	-	(632)	-	(632)
Total	2.149	1.590	2.833	2.130	8.702
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	(645)	-	-	-	(645)
Base de cálculo	1.504	1.590	2.833	2.130	8.057
Imposto de renda (Deduzido incentivos fiscais em 2016 - R\$ 370)	2.920	373	661	532	4.486
Contribuição social	1.752	282	567	192	2.793

⁽¹⁾ Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20% e após 2018 de 15%.

⁽²⁾ Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificadas no ativo não circulante e passivo não circulante. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Banco

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado e dividido em 6.824.602 (Seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e duas) ações, sendo 3.412.301 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, trezentos e uma) ações ordinárias e 3.412.301 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, trezentas e uma) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal, por acionistas domiciliados no país.

Participação do não controlador

A participação do não controlador consiste na consolidação da Ourinvest DTVM S.A. e com a inclusão arbitrária da Supplercard administradora de cartões de crédito S.A., conforme Resolução nº 4.280/13 do Banco Central do Brasil, assim demonstrado:

	2016	2015
Ourinvest DTVM S.A.		
Cotas/ações	10.000.000	10.000.000
Participação no Capital - %	50,00%	50,00%
Patrimônio Líquido	15.340	10.894
Lucro Líquido	4.536	711
Resultado de Participação em Coligada	2.268	356
Ágio *	1.052	1.052
Total de Participação	<u>1.052</u>	<u>1.052</u>

⁽¹⁾ O Capital Social é de R\$ 10.000 (2015-2014) e está representado por 10.000.000 ações, sendo 5.000.167 ON e 4.999.833 PN, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. Com base na ata de assembleia geral extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social, para R\$ 10.000, por meio de aporte de capital de R\$ 9.400, que resultou na emissão de novas ações nominativas, sendo 4.700.157 ações ordinárias e 4.699.843 ações preferenciais, ao preço unitário de R\$ 1 (um real). Referidas novas ações foram subscritas e integralizadas no ato em moeda corrente nacional, pelos acionistas.

(2) O capital social da Supplercard autorizado é representado por 125.074.440 (2014 - 103.888.000) ações ordinárias e nominativas todas de domiciliados no país. Em 08 de junho de 2015, foi deliberado em assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no montante de R\$ 12.500 mediante a emissão de 21.186.440 novas ações, passando o capital social para R\$ 61.577 divididos em 125.074.440 ações.

b. Reservas

- **Reserva legal**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2016, o conglomerado prudencial destinou a título de dividendos mínimos obrigatórios R\$ 10.632, e não distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o conglomerado prudencial distribuiu a título de juros sobre o capital próprio de R\$ 8.146 (2015 - R\$ 500).

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

23 Receitas de prestação de serviços

	2º Sem/2016	2016	2015
Administração de fundo de investimento imobiliário	1.170	2.221	2.013
Comissão e colocação títulos	8.566	11.657	4.667
Tarifas relacionadas as operações de crédito	887	2.217	7.981
Corretagens em oper.bolsa/custódia	566	1.309	1.709
Tarifas de operações de câmbio	1.163	2.027	-
Administração de carteira	1	14	36
Outros serviços	21.291	7.586	9.042
Total	33.644	27.031	25.448

24 Despesa de pessoal

	2º Sem/2016	2016	2015
Remuneração	33.095	52.558	39.101
Encargos	6.730	15.315	11.300
Benefícios	2.574	7.404	6.857
Treinamento	114	225	126
Total	42.513	75.502	57.384

25 Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2016	2016	2015
Serviços técnicos especializados e de terceiros	54.157	37.677	8.146
Depreciações e amortizações	171	1.234	999
Propaganda, promoções e publicidade	549	833	656
Processamento de dados	563	2.059	1.865
Comunicações	496	2.510	2.115
Aluguéis	1.467	3.947	3.790
Transportes e viagens	60	106	272
Segurança e vigilância	7.002	12.929	10.910
Manutenção e conservação de bens	201	303	123
Contribuições filantrópicas	420	420	-
Serviços de sistema financeiro	5.141	12.884	7.305
Água, energia e gás	49	168	247
Seguros	61	4.344	2.898
Despesas de transporte	25	25	2
Desp. multas	(40)	-	35
Outras	736	3.728	3.340
Total	71.058	83.167	42.703

26 Despesas tributárias

	2º Sem/2016	2016	2015
Despesa com ISS	586	927	768
Despesa com COFINS	11.856	15.277	6.290
Despesa com PIS	1.124	2.604	550
Tributos estaduais, municipais e federais	374	1.880	1.827
Total	13.940	20.688	9.435

27 Outras receitas operacionais

	<u>2º Sem/2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado Financeiro	688	1.334	-
Recuperação de encargos e despesas	170	358	201
Variações Monetárias	11	49	
Reversão de provisões operacionais - BM&F	33	162	4
Rendas de Variações de empréstimo de ouro	4.032	4.032	
Remuneração de Capital	459	459	251
Distrato comercial	42	2.065	11
Reversão de outras provisões	-	-	574
	<u>5.435</u>	<u>8.459</u>	<u>1.041</u>

28 Outras despesas operacionais

	<u>2º Sem/2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de provisão operacionais - BM&F Bovespa	66	66	33
Multa indedutível	322	322	42
Auto de infração	6.631	6.631	-
Passivo contingente	-	-	193
Outros	679	1.303	189
Total	<u>7.698</u>	<u>8.322</u>	<u>457</u>

29 Limites operacionais - Acordo Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 9,875% (2015 - 11%) mais adicional de Capital Principal de 0,625% (2015 - 0%) do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, objetivando fazer frente aos possíveis riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez ao Banco. A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (Risk Weighted Asset) com base no Patrimônio de Referência, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, risco de crédito e riscos operacionais. Este índice está sendo calculado de forma consolidada.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio de referência	113.613	54.259
Patrimônio de referência exigido	<u>64.013</u>	<u>37.673</u>
Parcela de risco de crédito	44.148	23.585
Parcela de risco de mercado	7.437	4.654
Parcela de risco operacional	12.427	9.434
Total do ativo ponderado pelo risco	<u>648.241</u>	<u>342.483</u>
Índice de Basileia	17,53%	15,84%

30 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas do conglomerado foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas.

Os principais saldos e resultados de transações foram:

		2016	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		130	1.471
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	130	-
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Comissão s/ remuneração quadrimestral	-	1.471
		2015	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		120	1.144
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	120	-
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Comissão s/ remuneração quadrimestral	-	1.144
		2016	
		Ativos	Receitas
		(passivos)	(despesas)
Outras obrigações diversas		(4.459)	(18.203)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	(2.991)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Crédito/Cobrança	-	(18.203)
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Repasse de cobrança	(907)	-
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	(551)	-
Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos	Repasse de cobrança	(10)	-
		2015	
		Ativos	Receitas
		(passivos)	(despesas)
Outras obrigações diversas		(7.258)	(3.674)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	(4.544)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Crédito/Cobrança	-	(5.935)
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Repasse de cobrança	(836)	-
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Resultado de cessão	-	1.179
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	(1.868)	-
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Resultado de cessão	-	1.082
Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos	Repasse de cobrança	(10)	-

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Depósitos bancários	857	-	479	-
Depósito à vista – Banco Ourinvest S.A.	857	-	479	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.976	561	2.760	948
CDI pós – Banco Ourinvest S.A.	9.976	561	2.760	948
Títulos e valores mobiliários	2.366	191	2.715	420
CDB Banco CDI – Banco Ourinvest S.A.	299	174	2.715	420
Letras de crédito do agronegócio - Pós - Banco Ourinvest S.A.	1.231	-	-	-
COE - Banco Ourinvest S.A.	819	43	-	-
Opções de COE - Banco Ourinvest S.A.	17	(26)	-	-
	2016		2015	
	Passivo Despesa		Passivo Despesa	
Prejuízo com títulos e valores mobiliários	654	-	-	(120)
Banco Ourinvest S.A.	654	-	-	(120)

Outras partes relacionadas - Pessoal-chave da Administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores no exercício totalizou R\$ 2.841 (R\$ 2.000 em 2015). O grupo não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Conforme legislação em vigor, o grupo não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros do Conselho Fiscal e semelhantes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até segundo grau; e
- Pessoas físicas e jurídicas que participem com mais de 10% de seu capital social.

31 Administrações de fundos/Sociedades de investimentos

O Conglomerado é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos cujo ativo total são os seguintes:

	2016	2015
Carteira de Vals Mobils. Dartley Bank & Trust Ltd.	-	335
Fundo de Investimento Imobiliário Península	<u>3.122.458</u>	<u>2.866.782</u>
Total	<u>3.122.458</u>	<u>2.867.117</u>

32 Outras informações

- (a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 991.512 (2015 - R\$ 348.578).

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contraídos - riscos corporativos (operações, transações e riscos) de R\$ 15.000 (2015 - R\$ 5.000); riscos de ocupação (incêndio, danos elétricos, responsabilidades civis) de R\$ 4.487 (2015 - R\$ 4.615).

(b) O conglomerado não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.

(c) ***Stock Options***

Em 1º de abril de 2016, 30 de Maio de 2014 e 31 de Agosto de 2013, a Companhia outorgou 19.655, 98.275 e 196.550 opções de compra de ação, respectivamente, através do Plano e Programa de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de Dezembro de 2012. Os colaboradores outorgados adquirirão direito ao exercício de compra de tais ações apenas e tão somente quando e se a Companhia sofrer uma venda de ações para um não acionista atual (Evento de Liquidez). Neste momento, eles terão direito a receber a diferença entre o preço da venda e o preço da outorga em 2 parcelas iguais: a primeira 30 dias após o evento e outra após 18 meses. Adicionalmente, os outorgados não possuem direito de permanecerem acionistas, ou seja, eles, caso exerçam a opção, obrigatoriamente revenderão as ações exercidas de volta para a Companhia ou para quem os acionistas da Companhia indicar. De acordo com o CPC 10, estimamos um valor justo por tais ações de aproximadamente R\$4.078 (R\$3.900 em 2015). Este valor poderá variar significativamente de acordo com as premissas de taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade utilizada no modelo de fluxo de caixa descontado utilizado para estimar tal valor. Importante ressaltar que não há neste momento nenhuma previsão de ocorrência de um Evento de Liquidez e por este motivo não houve registro destas opções no balanço patrimonial da Companhia.

A Administração classificou o modelo de *stock options* como *cash-settled*, em virtude da liquidação ocorrer pela diferença entre o preço da venda e o preço da Outorga, e também pela obrigatoriedade de vender as ações após o exercício.

A política de reconhecimento/registro e mensuração do passivo na data do balanço (*recognition and measurement*) é realizada a valor justo das opções outorgadas quando for considerada provável a ocorrência de um evento de liquidez, sendo reavaliado subsequentemente ao valor justo nas datas de balanço.

(d) **Eventos Subsequentes**

A administração fez avaliação a fins de identificar quaisquer eventos que possam impactar as divulgações das demonstrações financeiras onde a mesma concluiu que não há eventos a serem reportados.